

-verdiana, nascido em 15 de Fevereiro de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 959/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Junho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Carlos de Almeida, natural de Bengo, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 15 de Junho de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 960/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Regina Semedo Cabral, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 21 de Maio de 1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 961/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 9 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Anastácia Nascimento da Conceição Neto, natural de Santo Amaro, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 27 de Agosto de 1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 962/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Lopes, natural de Santa Clara, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Junho de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 963/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 1 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luis Miguel Martins da Veiga, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 5 de Maio de 1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 964/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Luis de Barros, natural de Bissau,

República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 10 de Março de 1954, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 965/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 1 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Malam Baldé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Abril de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 966/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carlos Alberto dos Santos, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 28 de Agosto de 1952, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 967/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 11 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Zhao Fei, natural de Shanghai, República Popular da China, de nacionalidade chinesa, nascida em 27 de Junho de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 968/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jorge Lamine Camará, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 27 de Fevereiro de 1949, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto
e do Orçamento

Despacho n.º 20 512/2006

Nos termos do disposto nos artigos 15.º e 16.º do Decreto Regulamentar n.º 41/90, de 29 de Novembro, que regulamenta a composição, a competência e o funcionamento da junta médica da ADSE, determina-se que o limite remuneratório máximo a auferir pelos médicos avançados da junta médica da ADSE seja o correspondente do

índice 311 da escala indiciária das carreiras do regime geral, majorado em 50 %.

26 de Setembro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 20 513/2006

Por despacho de 19 de Setembro de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, foi renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço no cargo de director de serviços de Licenciamento de Maria Luísa Ferreira Vilhena Nobre, reverificadora assessora principal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Setembro de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 20 514/2006

Por despacho de 26 de Setembro de 2006 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 20 097/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005, foram nomeados definitivamente segundos-verificadores superiores da carreira técnica superior aduaneira do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, após a realização do respectivo estágio de ingresso, Sara Margarida Pires Baptista, Ireneia Solange Rocha Romão Pereira, Marta Cristina Martins Coelho, Paula Alexandra Semedo Louro, Maria João Pinto Alegria, Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões, Isabel Maria Borges de Azevedo Alves, Patrícia Raquel Teixeira de Deus Martins, Carlos Batista da Costa, Maria Manuel Caixeirinho de Oliveira, Paulo Aurélio Santos da Nóbrega Couto, Hélder Nuno de Jesus da Cruz Oliveira Pombo, Manuela Maria Galveia Patrício Ferreira, Eduardo José Vasconcelos Monteiro e Victor Manuel Pires da Silva. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Setembro de 2006. — A Chefe de Divisão do Regime Jurídico do Pessoal, *Maria Lídia do Espírito Santo Carvalho Soares*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 10 969/2006

Por despacho do director-geral dos Impostos de 21 de Setembro de 2006, nos termos dos artigos 13.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro:

Foi Ilda Maria Bernardes Vieitas Basto, técnica de administração tributária, de nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta, nos Serviços de Finanças de Torres Vedras 2, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006.

Foi Maria Manuela Augusta Inácio Morais, técnica de administração tributária, de nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta, no Serviço de Finanças de Mirandela (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2006.

Foi Maria Amélia Dias Correia, técnica de administração tributária, de nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta, no Serviço de Finanças de Macedo de Cavaleiros (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2006.

25 de Setembro de 2006. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 10 970/2006

Por despacho do director-geral dos Impostos de 21 de Setembro de 2006, nos termos dos artigos 13.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro:

Foi Ana Paula dos Reis Santos Noruegas, técnica de administração tributária, de nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Torres Vedras 2, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006.

Foi José Manuel Granado Afonso, técnico de administração tributária, de nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Bragança, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006.

25 de Setembro de 2006. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 10 971/2006

Por despacho da subdirectora-geral dos Impostos de 25 de Setembro de 2006, por delegação de competências do director-geral, são nomeados, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, técnicos superiores de 2.ª classe, em lugares a acrescer aos respectivos quadros de contingência, com efeitos a 17 de Julho de 2006, sendo posicionados no escalão 1, índice 400:

Direcção de Finanças de Aveiro

Nuno Miguel Barreiros Sobral.
Elsa Joana de Sousa Alves.
Sandra Marisa de Araújo Pereira.

Direcção de Finanças de Braga

Jorge Manuel Monteiro da Costa.

Direcção de Finanças de Lisboa

Filipa Alexandra Gil Costa.
António Manuel Amaro Rosa.
João dos Reis Martins Silva.

Direcção de Serviços de Relações Internacionais do Porto

Marta Luísa Carranca Neves.

Gabinete de Auditoria Interna do Porto

Milena Iolanda Fernandes Salvador Guerra Rodrigues.
(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Setembro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 10 972/2006

Por despacho do director-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros de 18 de Setembro de 2006, licenciado António José Gregório Pina Calado, técnico de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, foi promovido, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, à categoria de técnico de informática do grau 3, nível 1, do mesmo quadro, ocupando lugar de dotação global, aprovado pela Portaria n.º 458/98, de 30 de Julho, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Setembro de 2006. — A Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, em substituição, *Maria de Fátima Braz*.

Direcção-Geral do Património

Aviso n.º 10 973/2006

Concurso n.º 10/2006

1 — Faz-se público que, autorizado por despacho do director-geral do Património de 18 de Setembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral com vista ao provimento de três lugares para a categoria de técnico superior principal da carreira técnica superior do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, aprovado nos termos do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e das Portarias n.ºs 8/92, de 9 de Janeiro, e 378/99, de 10 de Abril.

2 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares mencionados, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, a quota a fixar é de 0 %, para efeitos de intercomunicabilidade vertical.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo dos lugares a preencher consiste em conceber, adoptar e aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos, concebendo e desenvolvendo projectos e emitindo pareceres nas áreas funcionais que integram as atribuições da Direcção-Geral do Património.